

**RESOLUÇÃO Nº 033/2025 – CPJ  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a suspensão do uso do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP, previsto na [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#) e dá outras providências.

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 36, da [Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990](#); e

**Considerando** a atribuição do Ministério Público de velar pelas fundações situadas no Estado de Sergipe (art. 66 a art. 69 do Código Civil e arts. 764 e 765 do [Código de Processo Civil](#));

**Considerando** que o Colégio de Procuradores de Justiça editou a [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#), que “*dispõe sobre a atuação do Ministério Público de Sergipe no velamento das Fundações Privadas, instituídas por particulares no Estado de Sergipe*”;

**Considerando** a [Resolução nº 300, de 24 de setembro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público \(CNMP\)](#), que “*disciplina a atuação do Ministério Público no velamento das Fundações de direito privado*”;

**Considerando** que o Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP, a que se refere o Capítulo IX (arts. 33 a 40) da [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#), “está atualmente disponível apenas em formato *desktop*, uma tecnologia obsoleta e de alto custo de manutenção”, conforme informações da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC);

**Considerando** que, de acordo com a 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, “a DTI expressamente recomendou que se aguarde a disponibilização da nova versão web, que está sendo desenvolvida pela FIPE, com previsão para 2026” e que “a implantação imediata da versão desktop geraria esforços redundantes e não sustentáveis”;

**Considerando** que cabe aos membros do Ministério Público, nos termos do art. 4º, incisos VI e VII, da [Resolução CNMP nº 300/2024](#), “*exigir prestações de contas por meio dos seus dirigentes, requerendo-as judicialmente, quando necessário*” e “*examinar as prestações de contas, aprovando-as, aprovando-as com ressalvas, rejeitando-as ou considerando-as ilíquidáveis*”;

**Considerando** que o art. 4º da [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#) determina a instauração de procedimento administrativo anual para o velamento das fundações privadas que recebam recursos públicos ou contribuições populares;

**Considerando** que o velamento das Fundações de Direito Privado independe de disponibilização de sistema informatizado,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica suspensa, no âmbito do Ministério Público de Sergipe (MPSE), a utilização do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP, previsto no Capítulo IX (arts. 33 a 40) da [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#).

**Art. 2º** O velamento das Fundações de Direito Privado será realizado pelos membros do Ministério Público através do Sistema MPExtra, aplicando-se, no que couber, a [Resolução nº 019/2025 – CPJ](#), do Colégio de Procuradores de Justiça e, na integralidade, a [Resolução nº 300, de 24 de setembro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público \(CNMP\)](#).

**Art. 3º** Incumbe às 1ª e 7ª Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, com atribuição no Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, a instauração e a análise dos Procedimentos Administrativos (PA) anuais de acompanhamento e prestação de contas das fundações de direito privado sediadas na capital.

**§ 1º** Para garantir a eficiência e evitar a duplicidade de atuação, a Ouvidoria do Ministério Público, com base no cadastro mantido pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público, da Ordem Tributária e do Terceiro Setor, registrará, no mês de janeiro de cada ano, Notícia de Fato (NF), distribuindo-a de forma equitativa entre as 1ª e 7ª Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju.

**§ 2º** A Promotoria de Justiça designada no ato de distribuição referido no § 1º será a responsável por instaurar e conduzir o Procedimento Administrativo (PA) anual de acompanhamento e prestação de contas da respectiva fundação, nos termos do art. 4º, VI, da [Resolução nº 019/2025-CPJ](#).

**§ 3º** A distribuição de outros requerimentos das fundações de direito privado ou representações relativas a irregularidades específicas seguirá a divisão de atribuições estabelecida no § 1º deste artigo, observando-se as hipóteses de prevenção.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

**SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício “Governador Luiz Garcia”, em Aracaju, 18 de dezembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.**

**Nilzir Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**PROCURADORES DE JUSTIÇA:**

***Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça***

***Rodomarques Nascimento***

***Josenias França do Nascimento***

***Celso Luís Dória Leó***

***Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg***

***Carlos Augusto Alcântara Machado***

***Ernesto Anízio Azevedo Melo***

***Jorge Murilo Seixas de Santana***

***Paulo Lima de Santana***

***Eduardo Barreto d'Avila Fontes***

***Luiz Alberto Moura Araújo***

***Deijaniro Jonas Filho***

***Eduardo Lima de Matos***

***Ricardo Sobral Sousa***